

PREVIDÊNCIA

Professores param contra a Reforma

O dia 5 de agosto será marcado por mobilizações dos professores da Ufrgs e vigília durante a votação, em primeiro turno, da proposta de Reforma da Previdência. Os docentes aprovaram em assembléia dia 29 de julho uma agenda de mobilização que inclui uma caravana às 6 horas da manhã, ao Aeroporto Salgado Filho, para pressionar os parlamentares que vão votar em Brasília. No mesmo dia, observadores devem embarcar rumo à capital federal onde vão se unir ao Comando Nacional de Greve (CNG). Os professores pretendem instalar um telão onde todos possam acompanhar o andamento das votações no Congresso.

Página 3

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA



Fotos Cristina Lima

EDUCAÇÃO

**Sistema Nacional de
Certificação gera polêmica**

Página 4

CULTURA

**Governo federal quer novo
modelo de financiamento**

Página 11

C&T

**O papel das fundações na
defesa da pesquisa**

Páginas 6 e 7

Cristina Lima



Repúdio à reforma

Nos próximos dias, a Reforma da Previdência estará sendo votada na Câmara. Quando estas linhas estiverem sendo lidas, talvez a sorte já tenha sido lançada, no que se refere ao futuro dos atuais e novos servidores públicos e do País como um todo.

Nunca fomos contra uma reforma da Previdência. Mas certamente nunca, nos nossos mais loucos pesadelos, imaginamos viver Esta Reforma sob um governo do PT.

Onde a valorização do servidor público? Onde a preocupação com a oferta de um serviço público de qualidade à população?

Depois de anos de arrocho salarial, após conceder-se um reajuste de 1%, reduzem-se as aposentadorias, aviltam-se as pensões por morte e alguém, além da Velhinha de Taubaté, ainda consegue acreditar que quem toma estas iniciativas valoriza o servidor público ou o serviço público?

A insensibilidade na condução da reforma da Previdência foi e tem sido total. Pouco importa quantas vidas serão afetadas por ela, o quanto de angústia e insegurança têm sido geradas desde o seu anúncio. O rolo compressor avança acelerado e impávido. Assistimos ao espetáculo patético de parlamentares de quem acompanhamos a trajetória há anos, e em quem confiávamos, tentarem defender posições indefensáveis, já que contrárias ao

discurso e a prática que foram suas até pouco mais de seis meses.

Falta-se com a verdade com a maior desfaçatez. Desde a leitura do relatório, no dia 23 de julho, integrantes do Governo não se constroem em afirmar que a integralidade das aposentadorias e a paridade entre ativos e aposentados estão garantidas aos atuais servidores. A verdade entretanto é bem outra. Pelo texto legal as gratificações poderão não ser levadas para a aposentadoria. No caso dos professores universitários, as gratificações somam bem mais que 50% dos seus salários. Quanto à paridade, pelo definido na lei, ela começa a ser perdida tão logo a reforma entre em vigor.

Seguiremos até o final deste processo, lutando para que os aspectos mais perversos desta reforma não sejam aprovados. Mas a cada dia que passa as esperanças diminuem. Em Assembléia Geral do dia 29 de julho, votamos uma paralisação para o dia 5 de agosto. Devemos paralisar neste dia para manifestar, de forma inequívoca, nossa indignação e repúdio a Esta Reforma que se diz feita em nome da justiça social e que, na realidade, não elimina distorções, multiplica injustiças, encaminha a privatização de grande volume de recursos públicos e anuncia a desqualificação do serviço público oferecido a todos nós cidadãos brasileiros.

Primeiro emprego

Aplicado durante o governo Olívio Dutra aqui no Estado, o Primeiro Emprego passa agora pela Câmara dos Deputados. O projeto é dirigido aos jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, com prioridade para integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os jovens precisam estar freqüentando regularmente o ensino fundamental ou médio. Em princípio serão atendidos os jovens cadastrados no Sistema Nacional (Sine) até o dia 30 de junho de 2003. Segundo dados do IBGE, praticamente a metade dos desempregados do País concentra-se na faixa de 16 a 24 anos. A taxa de desemprego para os jovens (17,8%) é quase o dobro da taxa de desemprego geral (9,3%). Além disso, as ocupações destinadas aos jovens são de pior qualidade do que a média do mercado de trabalho, e, na maioria das vezes, informais, não lhes assegurando acesso a um sistema de proteção social.

Impostos

Três filantrópicas perdem isenção previdenciária e mais um passo é dado na fiscalização das 6.545 entidades registradas no País. O Ministério da Previdência determinou a suspensão de três Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). A decisão atinge duas entidades paulistas - a Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba e a Fundação Barra Bonita de Ensino; e uma mineira, o Instituto Imaculada Conceição. Sem o certificado, as entidades perdem a isenção fiscal e previdenciária e terão de recolher ao INSS a cota patronal, equivalente a 20% sobre a folha de

salários. No caso da Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, a entidade não destinava 20% de sua receita bruta anual para a gratuidade. Ou seja, não prestava atendimento gratuito à população carente conforme exige a legislação. Do total de entidades ditas filantrópicas, 4.174 têm isenção, 64% do total. Desde março, fiscais do Ministério da Previdência e da Receita Federal têm revisto as contas das 350 maiores entidades filantrópicas. As 4.174 isentas já são responsáveis por uma renúncia previdenciária de R\$ 2,18 bilhões só neste ano.

Educação

O movimento "Barrios de Pie", da Argentina, promove de 25 a 27 de julho, em Buenos Aires, um encontro nacional de educadores populares. Segundo a Agência Carta Maior, o objetivo é compartilhar as experiências entre as pessoas que trabalham com educação popular em diferentes organizações sociais e políticas da Argentina e da América Latina. Quem possuir interesse em participar do evento podem encontrar mais informações no site www.barriosdepie.org.ar. Seguindo a discussão sobre educação, as entidades que compõem o Comitê Organizador do Fórum Mundial de Educação reuniram-se no dia 10 de julho, em Porto Alegre, para debater os encaminhamentos da III edição do Fórum Mundial de Educação, que ocorrerá em Porto Alegre, de 29 a 31 de julho de 2004.

RESÍDUOS *

**Tenho apenas duas mãos,
o sentimento do mundo,
e o sentimento de um Brasil que nunca verei.**

**Eu, que me fiz cidadão
como Drummond, no horror à mentira,
ao engano,
ao roubo da esperança,
hoje sou funcionário público.**

**Lula é apenas uma fotografia na parede,
uma decalco na janela,
uma estrela no espelho.
Mas como dói !**

* Poema-montagem sobre versos dos poemas de Carlos Drummond de Andrade, "Resíduo", "Sentimento do Mundo" e "Confidência de Itabirano".
L. Miranda Prof. Adjunto, UFRGS

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

GREVE NAS IFES

Professores da Ufrgs param dia 5 de agosto

Cristina Lima



Assembléia: docentes aprovaram dia de vigília e mobilizações contra a reforma

Professores da Ufrgs, reunidos em assembléia dia 29 de julho, aprovaram a paralisação das atividades no dia 5 de agosto, terça-feira, data em que será provavelmente votada em primeiro turno, no Congresso Nacional, a Reforma da Previdência. Os presentes aprovaram também uma agenda de mobilização que inclui ida ao Aeroporto Salgado Filho, vigília durante a votação e assembléia de avaliação às 16 horas. Até o fechamento desta edição, 28 ADs haviam aderido à greve.

Partindo em caravana da Reitoria por volta das 6 horas da manhã, os docentes seguirão para o Aeroporto Salgado Filho, onde pretendem pressionar os parlamentares que estarão embarcando para Brasília. Nesse mesmo dia dois professores devem embarcar rumo à capital federal onde vão se unir ao Comando Nacional de Greve (CNG) como observadores.

Voltando do aeroporto, os professores se concentram no saguão da Reitoria para um café da manhã e uma vigília. A intenção é instalar um telão onde todos possam acompanhar o andamento das votações no Congresso. Nesse dia, eles vão tentar se unir aos técnico-administrativos, parados desde o dia 17 de julho, numa ação de mobilização conjunta.

Durante a vigília, haverá panfleteação nas imediações do Campus Central, quando os professores vão estar envolvidos na tarefa de informar à população o que significa a Reforma da Previdência nos moldes em que está sendo proposta pelo Governo. Às 16 horas, os docentes voltam a se reunir em assembléia, no

Auditório da Faculdade de Arquitetura, para avaliar o dia de paralisação e deliberar novas ações de mobilização.

Contribuição financeira

A maioria dos presentes na assembléia votou favorável ao repasse de R\$ 0,35 por associado a cada semana para o CNG. Também ficou definido que o dinheiro será retirado do Fundo de Greve da Adufrgs. A transformação da Comissão de Mobilização, constituída há algumas semanas, em Comando de Mobilização, proposta defendida na assembléia passada, foi rejeitada por ampla maioria, que entendeu que pelo fato da Adufrgs não ter aderido à greve não justificaria a constituição de um comando.

A assembléia indicou os nomes dos professores Daniela Fialho, Carlos Schmidt e Regina Witt (suplente) para atuarem na próxima semana como observadores no CNG. Dos três, um deve ir a Brasília, junto com um membro da diretoria. Eles devem ficar durante toda a semana acompanhando não só os trabalhos do CNG como o andamento do processo de votação da Reforma.

Nas falas ouvidas durante a assembléia, houve o consenso de que é chegada a hora de pressionar com mais intensidade o parlamento e buscar mecanismos eficientes para isso, como ações que chamem a atenção da população através da mídia. A maioria dos docentes parece não acreditar na retirada da PEC 40, que é o que defendem os servidores públicos federais, em greve desde o dia 8 de julho, mas acham que é possível lutar pelo adiamento da votação.

Carlos Schmidt - professor de Economia Política da Ufrgs

O Governo, o PT e o casamento de Perepepê

Como todo mundo sabe, Perepepê é a cadelinha da arquiconhecida emergente Vera Loyola, pessoa piedosa, contribuinte VIP da campanha eleitoral de Lula e do Fome Zero.

Pois esta senhora resolveu fazer o casamento religioso da cadelinha com um outro cachorro (por suposto) ainda não identificado (Vera assegura que pretendentes não faltam).

A hierarquia da igreja deu um basta aos delírios de Vera Loyola, admitindo que os animais são criaturas de Deus, mas a união matrimonial é coisa dos humanos.

Trata-se de um raro exemplo nos dias que correm de coerência, seriedade e limite para as elites econômicas, sejam elas de velha cepa ou emergentes.

A direção do PT e o governo teriam muito a ganhar se refletissem sobre o exemplo dado acima e limitassem a convivência promíscua com a elite econômica brasileira que como sabemos é ávara, arrogante e autoritária. Não conseguiu se desembaraçar ainda dos vestígios (recentes no tempo histórico) do escravagismo.

Reconhecer que tem que fazer mudanças graduais e pactuadas, que se tem que construir um Estado republicano moderno, pois nem a isso chegamos, não significa deixar de reconhecer que existem interesses de classe distintos, embora se possa encontrar convergências, como por exemplo o crescimento econômico.

Este aliás, muito maltratado pela política ultra-ortodoxa da equipe econômica do governo, se implementado vai abrir espaço para as chamadas classes subalternas manifestarem seus legítimos interesses corporativos e buscar através da luta, alterar a repartição do lucro (onde estão imbutidos juros) e salários.

Ao se apagar a existência de classes, se reinicia a busca de uma outra sociedade. Esta, ainda que longínqua, é não só um objetivo em si como condiciona o período que antecede, isto é, aquele que está no horizonte das nossas vidas.

Explicando melhor, achamos que Keynes quando dizia que no "longo prazo estaremos todos mortos", só tinha parcialmente razão. Nossas metas de longo prazo, o socialismo petista por exemplo, influenciam nossos passos no presente e condicionam o tipo de sociedade que teremos no futuro próximo. Para dar um exemplo claro podemos atribuir em grande parte ao sindicalismo ideologizado europeu (comunista ou social-democrata) a constituição de sólidas instituições de proteção social, que o neoliberalismo tem muita dificuldade de destruir.

Numa posição antípoda temos o sindicalismo de resultados dos Estados Unidos que nas conjunturas econômicas favoráveis conseguia vender bem a força de trabalho, mas na situação oposta deixava os trabalhadores no desamparo. É notável que um país que possui uma das mais altas rendas per capita, viva a barbárie no que se refere à seguridade social.

Não é por acaso que mesmo no período de prosperidade da era Clinton os Estados Unidos tinham a metade da taxa de desemprego e o dobro da taxa de pobreza da Comunidade Européia. É quase o sonho neoclássico de ajustamento do emprego pelo mercado.

Infelizmente a renúncia a certos paradigmas teóricos ou mesmo de certas categorias, como a de classes sociais referenciadas à propriedade ou não do capital (visto com certo grau de abstração), leva o ministro Tarso Genro a inventar coisas esdrúxulas na sociologia e muito pior que isso, o governo propor reformas redistributivas da renda (pois é disso que tratam as reformas tributária e previdenciária juntas) regressivas.

Dá para dizer que as ditas reformas, com pequenos elementos de progressividade, exigem de um funcionário público que ganha R\$ 1.200 uma contribuição adicional para o financiamento do Estado e o senhor Jorge Cuttrale, provavelmente o homem mais rico do Brasil, com um patrimônio de R\$ 15 bilhões, não é minimamente perturbado.

Pois bem, neste clima a senhora Vera Loyola, diante da recusa da igreja em realizar o casamento de Perepepê, poderia pensar em realizar seu casamento civil com o apoio do companheiro Zé Dirceu e do companheiro Genuíno.

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Educadores se opõem à Certificação

O Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, instituído pelo Ministério da Educação através da portaria nº 1.403 do dia 9 de junho, está sendo alvo de duras críticas. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reúne entidades de educadores e movimentos sociais, já se manifestou contrariamente. Dias 2 e 3 de julho, o embate teve um novo round no XI Seminário Nacional Escola Cidadã, ocorrido na PUC. Professores da Ufrgs e da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, principalmente, questionaram duramente a secretária de Educação Fundamental do MEC, Maria José Feres. A representante do governo defendeu a certificação como forma de promover a qualidade da educação, provocando polêmica.

Presente ao evento, a professora Vera Peroni, do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação, da Ufrgs, foi uma das que levantaram objeções ao MEC. Ela criticou, entre outros aspectos, a idéia de que a avaliação seja indutora de qualidade. "O que é necessário são condições materiais e formação para todos", aponta Peroni, que concorda com a avaliação de Maria José Feres, de que o nível da educação está muito baixo e decaindo a cada dia, mas considera que só o que pode reverter o quadro é investimento. "Tem que investir em formação inicial, na ampliação do número de vagas na universidade pública e na formação continuada para todos os professores. Não em cursos esporádicos e apenas para quem passar em uma prova", reclama a educadora.

Ela refere-se ao Exame Nacional de Certificação de Professores, que o MEC pretende realizar em 2004. Trata-se de uma prova para estudantes de cursos de formação e de professores das séries ou ciclos iniciais do ensino fundamental, em exercício nas redes públicas de Educação. Quem passar nessa prova receberá a Bolsa Federal de Incentivo à Formação Continuada, de cinco anos, e que traz no nome um conceito que parece não coincidir com a prática. "E o restante dos professores?", Vera Peroni questiona, lembrando que os que têm mais condições de passar são justamente os que já têm uma boa formação inicial. Estes saem na frente e recebem bolsa para continuar sua formação. O restante ficará para trás, como se participasse de uma disputa valendo as leis de mercado. Além disso, o número de bolsas não foi divulgado, embora o MEC tenha dado a entender que quem passar ganha.

Programas

De acordo com a portaria, o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica compreende o Exame Nacional de Certificação de Professores (por meio

do qual se promovem parâmetros de formação e mérito profissionais), os programas de incentivo e apoio à formação continuada de professores e a Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que tem como objetivo desenvolver tecnologia educacional e ampliar a oferta de cursos e outros meios de formação de professores. O Exame vai avaliar, "por meio dos instrumentos adequados, os conhecimentos, competências e habilidades dos professores e demais educadores em exercício nas redes de ensino, dos

concluintes dos cursos normais de nível médio, e dos concluintes dos cursos de licenciatura oferecidos pelas instituições de ensino superior" e passará a ser o instrumento do MEC para o exame nacional de cursos para as licenciaturas. Os aprovados receberão o Certificado Nacional de Proficiência Docente, válido por cinco anos, nas áreas de Educação Infantil, Educação Fundamental: anos iniciais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Línguas Estrangeiras, Educação Física, Artes e Gestão.

O MEC esclarece, no entanto, que o documento não se trata de uma prova de licença para o exercício da função.

Ela questiona também a criação da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, integrada por centros de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços para as redes públicas de ensino, em uma ou mais áreas de especialidade, instalados em instituições universitárias brasileiras. Um dos problemas da proposta é que, após seleção, uma ou duas universidades serão responsáveis por uma de cada dessas áreas, reacendendo o debate dos centros de excelência. "Elas farão o material para a formação continuada e as outras, se quiserem poderão executar, o que é uma ofensa", considera Vera, que se diz preocupada com o nível de competição que pode se estabelecer entre as universidades. Ao invés da proposta de centro de excelência, a idéia de rede deveria contemplar todas as universidades públicas e os sistemas de ensino em todo o Brasil. Os educadores querem que sejam levadas em consideração as experiências exitosas que já ocorreram em todo o país, como é o exemplo de um convênio entre a Universidade de São Paulo (USP) e a rede municipal de ensino paulistana. "O MEC tem que escutar um pouco essas experiências", reclama. Os trabalhadores em educação já estão se mobilizando contra a Certificação. "Certamente será tema de discussão nos próximos encontros da SBPC e da ANPED, em outubro", diz Vera. Segundo ela, o MEC vem discutindo com entidades e não tem chegado a consenso em relação ao exame. Os críticos defendem idéias contrárias fundamentalmente em dois pontos: de que qualidade decorre da avaliação e a idéia do Estado apenas como avaliador.



Francisca Braga

CNTE é contra a "meritocracia"

A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Juçara Vieira, afirma que a entidade não é contra a avaliação, mas à "meritocracia". No início de julho, a entidade realizou um encontro em Curitiba (PR), com especialistas em educação fundamental e redigiu um documento que será entregue ao MEC, tratando da questão. "Somos a favor da avaliação, mas ela deve ser feita do processo como um todo", defende Juçara. Ela informa que o assunto está em pauta na mesa de negociações com o governo que discute educação infantil e fundamental, piso salarial, carreira e formação, entre outros pontos.

Para Juçara, a avaliação não pode ser feita numa prova, mas na própria

escola e vinculada ao projeto pedagógico. "Não pode ser apenas num teste em que se corre o risco de deixar de fora os que mais precisam", reclama. Além disso, para a educadora, a avaliação deve servir não para medir, simplesmente, mas para orientar o trabalho dos professores. O problema decorre, conforme ela, do fato de que o governo federal tem feito as coisas de forma um tanto apressada, e atropelando o processo de vez em quando. "Eles dizem que têm quatro anos para fazer tudo, mas não podem fazer as coisas desse jeito", observa. Mesmo assim, considera que há espaço para o diálogo e que os professores têm contado com muitos aliados em sua posição contrária a esta forma de avaliação.

Cristina Lima



Vera Peroni: "avaliação, por si só, não induz a melhoria de qualidade"

ADUFRGS 25 ANOS

Baile reúne cerca de 500 pessoas

O tempo e o espaço ficaram pequenos para tanta comemoração. O grande baile de 25 anos da Adufrgs reuniu, dia 26 de julho, cerca de 500 pessoas, entre professores, familiares e amigos, no Clube Farrapos. No final, a festa, animada pela banda de salsa Café y Azúcar, já deixava saudades entre os presentes, que não abandonaram o salão até o acender das luzes, 3 horas da manhã de domingo.

Os convidados começaram a chegar por volta de 20h30min, quando foi servido um coquetel de entrada. Logo em seguida à apresentação do coral da Adufrgs com as músicas "Negrinho do Pastoreio", "Romaria" e "Clariana", houve a solenidade de comemoração dos 25 anos da associação, quando foram chamados um a um os 69 sócios-fundadores da entidade.

O primeiro presidente, José Fraga Fachel, fez um pequeno discurso, logo depois da fala da atual presidente Maria Aparecida Castro Livi. Ambos lembraram as lutas dos professores ao longo dos últimos 25 anos e a coragem de se fundar um sindicato em plena Ditadura Militar. Após a rápida cerimônia foi servido o jantar, degustado ao som de Norberto Baldauf, o que trouxe um certo clima de nostalgia, ao lembrar os antigos bailes na Reitoria da Ufrgs. Em seguida os convidados tomaram conta da pista de dança, bastante agitada primeiramente pela música mecânica comandada pela DJ Lúcia Severo e depois pela Banda de Salsa Café y Azúcar Club. Foram distribuídos aos presentes um CD com o acervo do jornal Adverso do número 1 ao 118 e um bôton comemorativo, confeccionados especialmente para a festa dos 25 anos.

Fotos Cristina Lima



O salão do Clube Farrapos ficou lotado durante a apresentação da banda de salsa Café y Azúcar



Presidente atual cumprimenta o primeiro presidente, José Fachel. Sócios-fundadores recebem homenagem especial



A atuação das FAPs e o fortalecimento do Sistema Nacional de C&T

I. Introdução

As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e as entidades estaduais assemelhadas de amparo à pesquisa são instrumentos centrais da política de desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados da Federação. A consolidação e expansão das Fundações de Amparo à Pesquisa são conquistas da sociedade civil que devem ser preservadas e ampliadas, além de demandada continuamente dos agentes públicos investidos de mandato Executivo ou Legislativo. A atuação das Fundações igualmente deve articular-se de modo corresponsável com os agentes sociais e econômicos majoritários em cada Estado, buscando cumprir sua missão com autonomia em relação ao comando direto do poder Executivo Estadual.

A política de C&T é por seu turno um elemento fundante e estruturador das políticas públicas de médio e longo prazo. No campo da ciência e da técnica estas políticas se materializam na medida em que os instrumentos públicos – as FAPs e ENTIDADES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA dentre estes – apoiam as ações dos pesquisadores e dos agentes da inovação técnico-científica e articulam-nas com as demandas de criação, inovação e qualificação que a sociedade e a ciência apresentam aos agentes efetivos da pesquisa. São agentes efetivos neste sistema as Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, as empresas, os órgãos de política e de fomento, e outras Entidades de Administração Pública e de Serviços Públicos que vinculam-se à política de educação, formação técnica, inovação e qualificação em base técnico-científica. As FAPs, isoladamente, não formulam estas políticas públicas para apoio à pesquisa e à inovação, mas as planejam, qualificam e materializam localmente, mobilizando recursos humanos estratégicos. Estes, são patrimônio dos Estados e da Nação, verdadeiros portadores de semente do futuro.

Por outro lado, o amadurecimento do sistema de FAP's é heterogêneo no Brasil, estando inclusive ausente em oito Estados da República Federativa. A partir da criação da FAPESP há 41 anos e da FAPERGS há 39 anos, apenas nos anos 80, e em particular pelo estatuído no art. 218 da CF de 1988, deu-se maior impulso à criação de entidades estaduais assemelhadas. Escrutinadas de perto, nenhuma delas obteve o grau de autonomia e regularidade de financiamento e operação alcançados em São Paulo. Muitas delas passaram por situações de falta completa de apoio dos governantes e de instabilidades na execução de seus programas.

É parte de uma agenda positiva, reconhecida e avançada no Fórum de Dirigentes de FAPs, que as Fundações estaduais atuentes busquem articularem-se em nível nacional com vistas a:

- atuar politicamente para consolidar a autonomia e fortalecer as FAP's dos diferentes Estados;
- contribuir para a implantação, de forma articulada e co-participante, das políticas nacional e regionais de C&T e sua vinculação aos agentes sociais e econômicos locais, em especial aos agentes do conhecimento e da inovação.

A relevância e a qualidade da pesquisa devem balizar o fomento das FAPs e das entidades estaduais assemelhadas. Estes parâmetros, por sua vez, demandam constante referenciamento à realidade concreta dos agentes institucionais da pesquisa, acima referidos. Este referencial tem legitimidade apenas se for mediado pela interlocução constante no âmbito estadual dos cientistas, técnicos, políticos e administradores do sistema de C&T com os pares institucionais e agentes sociais – e não somente com os grupos de pesquisa individualmente atuantes nos Estados. Esta interlocução permanente deve ser prioridade na atuação dos Conselhos Superiores e Diretores das FAPs e entidades estaduais de amparo à pesquisa.

“ Projetos mobilizadores e articulados interinstitucionalmente são melhor estruturados com o apoio local das FAPs ”

A comunidade científica tem clareza de que a atuação das FAPs não substitui ou mesmo reduz a responsabilidade da esfera federal, através do MCT e das agências federais, de manter o sistema de fomento à pesquisa, através de bolsas de formação, financiamento direto à pesquisa e aos programas de C&T estratégicos para um projeto de nação com autonomia. É importante salientar, porém, que as FAPs estão inseridas – com maior ou menor grau de organicidade e autonomia, dependendo do Estado – diretamente no sistema estadual de C&T e gozam da vantagem de maior proximidade e conhecimento das capacidades e necessidades locais. Projetos mobilizadores e articulados interinstitucionalmente são melhor estruturados com o apoio local das FAPs.

II. Princípios Fundamentais

A atuação da FAPS e entidades estaduais de amparo à pesquisa deve ser fundada nos seguintes princípios, que devem ser norteadores permanentes da atuação e igualmente respeitadas pelos demais agentes formuladores de políticas nacionais e estaduais de C&T.

- Autonomia de formulação, gestão e execução dos programas, bem como na gestão dos recursos das Fundações e dos Fundos Estaduais para o setor;

- Defesa e demanda do aporte de recursos do Estado que à Fundação são garantidos por estatutos legais próprios - sejam determinados pelas Constituições ou por Leis Estaduais;

- Atuação política no sentido de criar FAP's ou autonomizar adequadamente as existentes, conforme seja a situação de cada Estado. Atuar na defesa da autonomia dos mandatos dos dirigentes, conselheiros e assessores, baseada em critérios de experiência acadêmica e administrativa e respeito à transparência;

- Permanente articulação com os programas federais e Programas e/ou Fundos Setoriais que em âmbito federal estruturam o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Reconhecendo-lhes missão e caráter próprios, sob a administração do MCT e dos Comitês legais, faz-se necessário articular com as FAP's a ação junto aos agentes locais do sistema de C&T;

- Aderência aos parâmetros de qualidade combinados com a missão institucional de apoio das FAP's à crescente qualificação da pesquisa, buscando desconcentrá-la, com atenção especial às realidades regionais da Federação e às diferenças de inserção intra-regionais em cada Estado. Para tanto, as FAP's devem apoiar ações de pesquisa e de inovação tecnológica e de formação de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, sem exclusão;

- Alocação de recursos para programas, projetos e trabalhos aos quais estejam associados os agentes da pesquisa científica e da inovação tecnológica, aferidos continuamente pelos parâmetros pertinentes de qualidade, relevância social e compromisso ético da pesquisa;

- Manutenção dos programas de atendimento de livre demanda da pesquisa acadêmica e compromisso financeiro com programas de fomento indutores de ações setoriais, em ambos observando a priorização por julgamento de mérito científico-tecnológico;

- Diálogo permanente dos dirigentes das FAPs com o Ministério de C&T e com as agências federais, com os Conselhos federais e estaduais que assessoram os Executivos, e com os Comitês de Assessoria Científica no âmbito das FAP's que têm representantes da comunidade científica;

- Diálogo permanente com os agentes diretos da pesquisa e da inovação: Universidades e Centros de Pesquisa, Empresas, Fundações e Órgãos, valorizando a discussão com os Fóruns institucionalizados pelos mesmos (Federações, fóruns de Reitores, Pró-Reitores, Associações, Conselhos de C&T, etc.).



Francisca Braga

III. Atuação das FAPS e Entidades Estaduais assemelhadas

Os programas de ação em curso nas FAPS e Entidades Estaduais de Amparo à Pesquisa apóiam-se na visão e nos princípios acima, e devem buscar prioritariamente:

- A obtenção de recursos crescentes e estáveis do Estado para os anos vindouros, aproximando-os do patamar constitucional de aporte, para tanto atuando junto ao Executivo e suas Secretarias, além de ação junto ao Congresso Nacional, às Assembléias Estaduais, às Câmaras Municipais e agentes políticos e sociais importantes;

- A interação permanente com a Secretaria de C&T e Conselhos Estaduais, buscando definições de política e subsídios que atendam às prioridades legitimadas pela participação e pela representação dos atores políticos, econômicos e sociais locais;

- A participação nas definições nacionais da política de C&T, em particular acompanhando e influenciando na formulação estratégica e na implementação dos Programas apoiados pelos Fundos Setoriais, com vista à participação crescente dos Estados no aporte à pesquisa e à inovação;

- A atuação em parceria com os programas e ações federais em C&T, de forma a suplementá-los e realizar fomento e eventos em conjunto, potencializando e alavancando novos recursos e novos projetos. Com destaque aos programas do MCT, CNPq, CAPES e FINEP para a formação e fomento, como os Plano Regionais de Pós-Graduação, os Planos de ação setorial para inovação em arranjos locais de produção, p.ex., e igualmente com os programas de cooperação setorial e de agências internacionais;

- O apoio à formulação de projetos e de redes de pesquisa de âmbito setorial, envolvendo instituições do interior e das capitais, articulando sempre que possível relações de cooperação internacionais e inter-regionais – na forma de redes multi-institucionais e setoriais de âmbito nacional;

- A formação das redes acima sempre articuladas com a expansão e qualificação dos programas institucionais de formação pós-graduada, especialmente com os planos institucionais das instituições emergentes no oferecimento de pós-graduação;

- O acompanhamento e apoio à qualificação de quadros e aos projetos prioritários dos Centros de Pesquisa sediados no Estados, inserindo-os nos programas nacionais, haja visto a grande disparidade intra-regional nos Estados e dentro das mesmas regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte). As ações de desconcentração são necessárias, haja visto a polarização da

excelência na pesquisa em poucas instituições, via de regra sediadas nas Capitais e que se fazem representar nos órgãos federais;

- Os mecanismos de apoio à demanda qualificada da comunidade científica que não obtém enquadramento nos programas ou editais de ação setorial e específica;

- Os programas de formação de doutores e também técnicos de alto nível em áreas estratégicas – com apoio conjunto da FAP's e das Agências federais, buscando as primeiras suprir as áreas e iniciativas que carecem de maior apoio federal – e de apoio à fixação de novos doutores nas instituições de pesquisa sediadas no Estado, de forma desconcentrada e associados à formação das redes multiinstitucionais de pesquisa;

- A operacionalização do funcionamento de Comitês Assessores Técnico-Científicos no âmbito das FAP's, com ampla participação dos pesquisadores seja na indicação e seleção dos candidatos a membros assessores, seja na estipulação de seus mandatos e no compromisso de divulgação ampla dos critérios de seleção destes Comitês;

“ O modelo de desenvolvimento em que se insere a atuação autônoma das FAPs não é o de exclusivismo ou inclusão acadêmicos ”

- A execução de atividades de avaliação de resultados dos Programas de C&T no âmbito dos Estados, mediante seminários com ampla divulgação aos atores sociais externos (Federações, Associações, etc.);

- A divulgação e publicação em amplo domínio dos Editais e Programas, bem como resultados e ações dos Programas de C&T – sejam estes das FAP's e ENTIDADES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA ou em parceria com esta, ou realizados exclusivamente pela comunidade e instituições de pesquisa sediadas nos Estados.

IV. As FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA e a estratégia de desenvolvimento para os Estados

As FAP's são instituições que podem – e num sentido amplo deveriam – ser um dos sustentáculos do projeto estratégico que elege um modelo de desenvolvimento embasado na capacitação e expansão dos sistemas locais de produção e na inserção crescente dos agentes locais de C&T no sistema de criação do conhecimento e na difusão de inovações na sociedade.

Para se aumentar a produtividade e a

renda social deve ser combinado o apoio estatal – de Estados e da República – aos setores econômicos tradicionais, com a atração de novos investimentos no país. São exemplos desta ação de Estado a articulação que leva a parcerias estratégicas com multinacionais e fundos de capital de risco, os programas de incubadoras tecnológicas, os sistemas de inovação para os arranjos locais de setores da produção, os programas de estímulo à interação e inserção dos pesquisadores nas organizações de Estado e nas empresas.

A modernização econômica que buscam os Estados requer patamares superiores de qualificação de bens, processos e serviços, porém mantendo-se a capacidade de decisão estratégica dos agentes econômicos e políticos locais. Buscando uma integração efetiva e não o mero transplante de processos produtivos, fábricas e produtos tecnológicos fechados.

A opção consciente por um "modelo integrado e integrador" de desenvolvimento – embasados em um projeto de Nação e na visão de autonomização que a ciência e a tecnologia permitem conferir ao poder dos Estados-Nação – resgata a valoração ética na relação Estado-mercado: antes de ser um resultado da modernização transplantada e operada pelo mercado sob o aceno de volumosa renúncia fiscal, o desenvolvimento é estrategicamente subordinado à superação dos entraves à qualificação, modernização e expansão das forças produtivas e vocações econômico-sociais já presentes no diverso e dinâmico tecido social. O modelo de desenvolvimento em que se insere a atuação autônoma das FAP's não é o de exclusivismo ou inclusão acadêmicos. Pelo contrário, por incluir a excelência técnico-científica já presente, as FAP's podem colaborar na associação do tecido econômico endogenamente sustentado com os modernos processos de gestão, produção e distribuição dos bens e serviços que a sociedade – renovada pela participação e pela democracia – justamente está demandando.

A política de Ciência e Tecnologia não é desenhada isoladamente das demais políticas públicas. Um compromisso deve existir com o desenvolvimento das tecnologias que, na indústria, na agricultura, nos serviços, e mesmo nos segmentos ainda industrialmente incipientes, representam as novas fronteiras econômicas, cujo domínio é condição sine qua non para a manutenção da capacidade local de decisão estratégica nos planos econômico e político. Portanto, os programas de incubação e disseminação tecnológica em todas as regiões do país – com variadas articulações com demais órgãos da Federação e dos Estados – devem prosseguir, tendo as FAP's co-participação na articulação das ações de pesquisa que potencializem a qualificação daqueles programas.

Paulo Brack - professor do Dept. de Botânica da Ufrgs, doutor em Ecologia pela UFSCar

TRANSGÊNICOS NA AGRICULTURA

A tentativa de salvação de um modelo agrícola insustentável

A sociedade brasileira ainda não realizou um conjunto suficiente de debates, sobre o complexo assunto dos OGMs (organismos geneticamente modificados), tema que deixa margem para muitos questionamentos. O assunto vem ganhando espaços crescentes na mídia, entretanto, de forma distorcida, com feições imediatistas e, mais uma vez, a reboque do interesse de grupos de produtores rurais e de grandes empresas como a Monsanto, a principal controladora da propriedade de 2/3 das sementes no mundo e que financia a maior parte da propaganda e da pesquisa sobre estes organismos.

Em março deste ano, o governo brasileiro editou a Medida Provisória 113, autorizando a comercialização da soja transgênica cultivada ilegalmente no Sul do País, tendo sido atropelado por interesses daqueles que confrontaram a lei que impede o uso comercial destas sementes. Um poderoso lobby de indústrias de biotecnologia opera junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal e tenta facilitar a liberação imediata dos transgênicos no País, mesmo sem a comprovação dos riscos, criando o clima do "fato consumado" e, até o presente momento, com certo êxito. Neste mês de agosto, o governo será forçado a elaborar, no atropelo, um projeto de lei para regulamentar definitivamente a questão dos transgênicos, antes de outubro, época do plantio da soja, sem a realização de estudos sobre os riscos desta tecnologia.

No atual momento, essas pressões são gigantescas, com apoio inclusive do Ministério da Agricultura. A bancada ruralista, uma das mais articuladas no Congresso, já apresentou mais de 60 emendas com o propósito do alargamento da liberação da soja transgênica. A manobra parece estar dando certo. O mais lamentável é que não existe no País nenhum órgão com isenção capaz de avaliar e controlar eventual liberação destes organismos. A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) criada pela Lei Federal 8.974, de 5 de janeiro de 1995, apesar de composta por cientistas e técnicos de alto gabarito, não parece possuir perfil para avaliar a dimensão ambiental e de saúde em seus mais amplos aspectos, mantendo a tendência de uma avaliação reducionista que se limita a abordar alguns aspectos de riscos à saúde humana, sem um estudo profundo e uma abordagem democrática entre a relação custos/benefício, que considere as variáveis ambientais e econômicas do uso de tais sementes. Segundo artigo recente da bióloga Luiza Chomenko, PhD em ecotoxicologia e trabalhando na SEMA-RS, a questão do uso de OGMs até agora vem sendo sub-avaliada, necessitando incorporar outros valores, incluindo principalmente biodiversidade e aspectos culturais ligados aos agricultores, defendendo o princípio da precaução, que condiciona a permissão do plantio de sementes genetica-

mente modificadas somente se for comprovada a ausência de riscos dos OGMs.

A onda do "agrobusiness", ao sabor dos ventos neoliberais, defende tal tecnologia, afirmando não se justificar o princípio da precaução.

Em julho último, a 55ª Reunião Anual da SBPC posicionou-se a favor do princípio da precaução e da defesa de nossa soberania, com respeito ao meio ambiente. A decisão, agora, está com o governo que apresentará, até o final de agosto, ao Congresso Nacional. A questão fica mais complicada, pois o Ministério do Meio Ambiente e muitas ONGs estão resistentes à liberação da comercialização da soja transgênica, sem os estudos de biossegurança e de impacto ambiental. O debate promete continuar pegando fogo.

Fora do Brasil, o assunto também é quente. A União Européia, em 15 de julho, impetrou ações judiciais contra onze de seus governos-membros, por manterem moratórias contra aprovações de alimentos transgênicos, motivo da ação dos EUA contra a União Européia na OMC. A ação é parte da tentativa da Comissão Européia de suspender a moratória aos transgênicos, evitando assim um atrito comercial com Washington. O governo de George W. Bush poderá recorrer também à OMC, a fim de contestar as novas normas da União Européia sobre a obrigação rotulagem nos alimentos que contenham produtos geneticamente modificados.

Considerando a necessidade de abordarmos visões das mais variadas sobre este assunto, gostaríamos de desencadear um debate, que seja profícuo, nas próximas edições do ADverso, trazendo em um primeiro momento alguns profundos questionamentos à tão propalada "vantagem" do uso de transgênicos na agricultura. A seguir assinalamos alguns aspectos que consideramos contraditórios com respeito ao uso atual dessa tecnologia que poderá aumentar a dependência econômica do pequeno e médio agricultor, com reflexos negativos sobre a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.

A falsa premissa do combate à fome

Apesar do aumento da produção agrícola, grande parte da população mundial continua a sofrer de subnutrição e inacessibilidade às fontes de alimento. Mesmo com o avanço científico e tecnológico, o problema da oferta de alimentos deixa de ser de produção insuficiente e se concentra na má distribuição, na sonegação e no desperdício, como já apontava o cientista social Miranda Neto, em



1982, em seu livro intitulado “Os lucros da fome”. Neste sentido, atualmente, é ilustrativo o caso da Argentina, o segundo país no mundo em área plantada com transgênicos, atingindo cifras nunca vistas em desnutrição, com dados que apontam cerca de 30% de sua população sofrendo da falta de alimentos.

Um detalhe da contradição da produção de alimentos ligada aos transgênicos é que o propalado uso de herbicidas, como o Roundup Ready, não leva em conta que centenas de plantas consideradas “daninhas” apresentam fantástico potencial alimentício, podendo-se citar o caruru, a urtiga, a beldroega, o picão, a língua-de-vaca, o dente-de-leão, entre outras, destacadas pelo pesquisador argentino E. Rapoport da Universidad Nacional del Comahue (CRUB), Bariloche (veja www.ciencia-hoy.retina.ar/hoy49/), mas que não interessam ao modelo da monocultura de pacote tecnológico que extermina a biodiversidade, tanto de plantas potencialmente alimentícias como de outras tantas “daninhas” de interesse medicinal, por exemplo. O uso de herbicidas no Brasil é realizado de forma indiscriminada, sendo importante que o agricultor saiba manejar os chamados “inços”, podendo inclusive aproveitá-los não somente na alimentação humana, como na ração de animais de criação (coelhos, porcos, caprinos, etc.). As transnacionais não estão interessadas no manejo destas plantas e sim em seu extermínio.

O aumento do monopólio e da dependência do agricultor em relação às transnacionais

A Monsanto, empresa responsável pela produção do herbicida Roundup Ready (RR), associado aos transgênicos, vem comprando nos últimos anos algumas das principais indústrias de sementes comercializadas no mundo, crescendo assim seu monopólio no setor. O pequeno agricultor se vê diante de um quadro de muitas dificuldades, perdendo o conhecimento e as condições de produzir sua própria semente para plantar, sendo obrigado a manter-se em um modelo de agricultura que privilegia a monocultura de exportação, com imensos riscos à sustentabilidade no âmbito ambiental e econômico. Este modelo, que teve incremento na época da Revolução Verde (década de 70), causou enormes desmatamentos e impactos ambientais, desestruturando a agricultura familiar, levando ao êxodo rural de centenas de milhares de famílias no sul do Brasil. Em geral, somente grandes e médias propriedades conseguiram se manter, enquanto que os pequenos agricultores sobreviventes tiveram multiplicado sua dependência aos insumos (herbicidas, inseticidas, fungicidas), com elevados e insustentáveis custos. Para agravar a situação de dependência futura, com o uso de transgênicos, é previsto que o agricultor tenha que pagar pelos “royalties” das sementes, a cada ano, comprando eternamente da empresa fornecedora, juntamente com o pacote

completo de insumos. Se o agricultor não cumprir com as cláusulas dessas empresas, estará sujeito a multas pesadas, o que já está acontecendo em outros países. O golpe mortal se completa com o uso de sementes com o “Gen Terminator”, ou seja, sementes que possuem um processo induzido de autoesterilização, impossibilitando ao agricultor reproduzir sua própria semente.

As empresas estatais como Embrapa e Emater, bem como a própria Universidade Pública, não estão suficientemente comprometidas em criar alternativas que visem à diversificação de culturas e à apropriação paulatina de conhecimentos sólidos por parte dos agricultores, auxiliando sua

independência frente a crescente oferta de insumos. A pesquisa sobre os transgênicos é importante, porém de forma transparente, sem o atrelamento às multinacionais no setor.

A solução do tema, em nosso ponto de vista, passa muito mais pela diversificação agrícola, associada à agroecologia, em sintonia com o tema da biodiversidade. O Brasil sendo detentor da Megabiodiversidade, com mais de 50 mil plantas conhecidas, milhares destas alimentícias, parece trágico ficarmos reduzidos à cultura de duas ou três espécies de plantas exóticas, obviamente importantes, porém ignorando nosso fantástico patrimônio natural, alvo da cobiça de países estrangeiros. É importante lembrar o caso do cupuaçu, em que o nome desta fruta da Amazônia foi patenteado por uma empresa japonesa. Assim, nosso patrimônio natural, ainda pouco conhecido e valorizado, corre o risco de desaparecer diante da ampliação da fronteira agrícola, principalmente da soja, de maneira escandalosa e sem controle, inclusive em áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica. O Brasil é rico em frutas e peixes, devendo investir nesta área. Este tema da biodiversidade necessita de que muitos técnicos, incluindo os geneticistas brasileiros, também investiguem nossos recursos naturais, e não só os produtos agrícolas convencionais.

Por que não obedecer o princípio da precaução?

Na década de 70, com a chamada “Revolução Verde” (grande programa internacional de expansão da fronteira agrícola, com incremento à mecanização e ao uso de muitos insumos, com grande desenvolvimento para os grandes e dependência para os pequenos), foram lançadas dezenas ou centenas de produtos agroquímicos, muitos destes de efeitos nefastos à saúde humana, tendo sido liberados para uso sem a realização dos testes necessários. Um dos principais produtos foi o DDT, que posteriormente se descobriu, depois de alguns anos, tem efeito tóxico e cumulativo na cadeia alimentar. Por que não exigir a realização de estudos de impacto ambiental aos transgênicos a fim de não repetir o drama dos pesticidas da década de 70 e 80? Até hoje, estudos recentes comprovaram que cerca de 20% de hortaliças e frutas comercializadas no país apresentaram contaminação por agrotóxicos em níveis acima dos permitidos. Se não existe uma fiscalização eficiente sobre o uso de pesticidas agrícolas, como aceitar, de antemão, que haverá controle sobre o uso de transgênicos, agravando-se o fato de que em 2002 estes foram impunemente plantados no Brasil?

Outro problema ainda não resolvido é o do controle da introdução em plantas de genes de resistência a insetos e a herbicidas isolados de bactérias ou outras fontes, e a probabilidade de consequências desses genes serem transferidos pela polinização cruzada a espécies aparentadas, principalmente “inços”, como já ocorreu com a canola e o nabo-silvestre. Tais inços, segundo alguns autores, tornar-se-iam mais persistentes ou invasivos em determinados ambientes.

Necessitamos de estudos mais independentes sobre estes e outros aspectos dos transgênicos, com financiamento governamental, sem atrelamento às empresas. A tecnologia, principalmente com o uso da terra, não pode ser mais um resultado de um processo de interesses de Mercado, que gera atitudes competitivas, em desrespeito com a Natureza e com as culturas locais. A agricultura tem que ser recriada, através de múltiplos modelos sustentáveis, que se aperfeiçoem, sem domínios e sem verdades pré-estabelecidas. Os modelos agrícolas necessitam ser um resultado desta tolerância-dialógica, sem pacotes ou programas fechados.

Francisca Braga

Sandra Mara Corazza - professora da Faculdade de Educação/Ufrgs

Instituto de Letras promove jornada

Acontece, dia 14 de agosto, a Jornada de Educação Popular Pelo Encontro da Escola com a Vida, promoção do Instituto de Letras da Ufrgs, a Jornada acontece no Auditório do ILEA - Campus do Vale. A programação inicia às 8h30min com as inscrições. A partir das 9h, será realizada a abertura do encontro, com a professora Sara V. Rodrigues, diretora do Instituto de Letras, seguida de Graciela R. Quijano, também do Instituto. Ainda pela manhã, Maria Luisa M. Xavier, da Faced, fala sobre "O sentido da Educação Básica para as Classes Populares: Conteúdos Programáticos em Questão". Isabela Camini discorre sobre "A Educação no MST". Às 14 horas tem contação de histórias por Juliana Marques Velho e Ione Correa da Silva e Silva. Jaqueline Moll, da Faced, estará em "Pelo Encontro da Escola com a Vida", às 15h30min; e os professores Sheila Moojen, Gilberto Jorge Gonçalves da Silva e Suzana Pacheco encerram a Jornada com a mesa "Construindo uma Escola Pública de Qualidade". Maiores informações podem ser adquiridas através dos endereços eletrônicos: quijano@uol.com.br e ensino_aprendizagem_epanhol@yahoo.com.br.



Francisca Braga


Se o Diabo, o Bicho-Papão, a Bruxa, a Mula-sem-cabeça e o Boi da Cara Preta - personagens da campanha da RBS O amor é a melhor herança. Cuide das crianças - cuidam de alguém é apenas de seus diabinhos, papóezinhos, bruxinhas, mulinhas e boizinhos? Esses monstros serão assim tão egoístas? Como quando cantam: "Cuido bem dos meus papóezinhos...", "Minhas bruxinhas trato bem...", "Minhas mulinhas sem-cabeça sempre foram bem tratadas...", "...meus boizinhos, eu sempre dei a eles muito amor, muito carinho". Com as crianças dos outros como agem? Eles prosseguem maltratando-as? Então, isto indica que cada um deve cuidar de suas crianças e de nenhuma mais? Se for assim, quem cuidará das nossas crianças, isto é, dos quatrocentos milhões de crianças do mundo?

O dia de 23 de julho de 2003 amanheceu com a notícia: os Estados Unidos obtiveram o seu maior triunfo no Iraque, desde a tomada de Bagdá, em 9 de abril, qual seja, matar os dois filhos de Saddam Hussein. Está bem, poderá, legitimamente, ser objetado: eles eram dois adultos, bem crescidos - "Uday, o sádico" e "Qusay, o sucessor", como a imprensa noticiou. Agora, resta perguntar: eles não eram filhos de alguém? Mesmo que este alguém seja um ditador, quem se outorga o direito de matar os seus filhos (justificando que eram violentos, ambiciosos, mulherengos) ou seja, os filhos dos outros, isto é, os nossos filhos? Quem se autoriza a matar as crianças contemporâneas, os meninos de Soledade, a menina de

Erechim, em guerras, trânsito, tráfico de drogas, miséria, fome, doenças, crimes sexuais?

Quem autoriza? Qual grupo social, qual segmento cultural, qual política pública, qual Estatuto emitiu licença ao MST para levar 170 crianças (vestidas apenas com blusões finos e calçando chinelos de dedo) na Marcha contra o Latifúndio e pela Reforma Agrária, que vai rumo a São Gabriel, RS? O pátrio poder dos adultos Sem-Terra é ilimitado? O Estado democrático, com seu cipoal complexo e caríssimo de instituições, organizações e redes de proteção às crianças não pode intervir? Nós temos de assistir calados a essa espécie de genocídio infantil provocado pelas péssimas condições de existência (mesmo que provisórias) desses Sem-Terrinhas, vivendo na estrada, sem roupas adequadas, debaixo do frio e da chuva, tendo por professores improvisados alguns adolescentes com curso incompleto de Magistério? Em nome de que despudor pequeno-burguês ou de ética socialista devemos nos tornar cúmplices dessa bandidagem com as 170 crianças do MST? Os adultos não resolvem, entre adultos, as suas questões? A Reforma Agrária é coisa de criança? Ou, as crianças entram nesse jogo como massa de manobra, como bucha de canhão, como máquinas de guerra?

Diante disso, cabe perguntar: quem são os verdadeiros monstros? Os que cuidam tão-somente de seus filhos(-monstrinhos), os que matam os filhos dos outros, os que matam os próprios filhos? Sobrará alguém que não seja um monstro para as crianças de hoje?

	Adufrgs - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64
---	--

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2003	
RUBRICAS / MESES	ABR
ATIVO	2.097.120,51
FINANCEIRO	1.853.963,29
DISPONIVEL	279.441,04
CAIXA	506,86
BANCO	35,89
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	278.898,22
REALIZAVEL	1.574.522,25
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.570.228,38
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.570.228,38
CRÉDITOS A REALIZAR	4.293,87
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.451,87
ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES	842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	0,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	0,00
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	0,00
ATIVO PERMANENTE	243.157,22
IMOBILIZADO	238.446,50
BENS MÓVEIS	77.484,88
BENS IMÓVEIS	248.811,89
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	87.860,26
DIFERIDO	4.710,72
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.488,78
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	4.769,06

PASSIVO	1.991.622,50
PASSIVO FINANCEIRO	16.680,89
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	6.090,75
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.986,45
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	185,89
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	180,00
CREDORES DIVERSOS	1.776,61
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	10.590,14
PROVISÕES P/ENCARGOS CP/PESSOAL	10.690,14
SALDO PATRIMONIAL	1.974.941,61
ATIVO LIQUIDO REAL	1.889.610,66
SUPERAVIT ACUMULADO	85.321,76

Adufrgs - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	FOLHA 2
--	---------

RUBRICAS / MESES	ABR	ACUMULADO
RECEITAS	124.767,98	472.858,81
RECEITAS CORRENTES	82.576,59	329.420,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	82.576,59	329.420,32
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.759,28	133.136,31
RECEITAS FINANCEIRAS	33.704,28	133.051,31
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	55,00	85,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	2.754,11	2.754,11
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	2.754,11	2.754,11
OUTRAS RECEITAS	5.678,00	7.548,07
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	5.528,00	8.998,07
OUTRAS RECEITAS	150,00	550,00
DESPESAS	88.308,28	367.360,80
DESPESAS CORRENTES	88.308,28	367.360,80
DESPESAS COM CUSTEIO	26.284,53	97.623,72
DESPESAS COM PESSOAL	13.769,99	46.577,39
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.431,46	18.340,36
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.533,82	21.589,13
DESPESAS COM POSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	457,81	3.417,06
DESPESAS LEGAIS	0,00	0,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	228,05	2.266,04
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.882,42	5.529,88
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	435,98	1.597,40
ENCARGOS FINANCEIROS	45,30	209,66
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	39.372,28	179.310,99
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	3.510,00	18.588,48
DESPESAS COM VIAGENS	5.372,83	52.927,38
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	1.169,50	4.108,50
DESPESAS COM ATIV. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	2.010,00	10.737,63
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	13.790,05	60.194,05
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	21.255,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	13.520,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.651,37	90.426,09
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.610,12	74.294,44
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.041,25	18.131,85
RESULTADO LIQUIDO DO MÊS	36.459,70	105.498,01
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	105.498,01	105.498,01
MARIA APARECIDA CASTRO LIMI Presidente	NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418	

CULTURA

Governo procura novo modelo de financiamento

O Ministério da Cultura quer modificar o modo como o Estado financia os projetos culturais e está fazendo uma série de seminários em todo o País para ouvir secretários estaduais e municipais da Cultura sobre o assunto. O último desses encontros aconteceu dia 21 de julho, na Usina do Gasômetro, quando representantes do Minc (entre eles o ministro interino da Cultura, Juca Ferreira) estiveram na capital. Durante o Cultura para Todos - O Financiamento Público da Cultura e as Leis de Incentivo - trataram da necessidade de criação de fundos nacionais de cultura e debateram a realidade do setor. O secretário municipal de Cultura Vitor Ortiz esteve presente e expôs o que a administração porto-alegrense pensa sobre o assunto, relatando também a experiência do Fumproarte. Para o secretário, o atual sistema nacional de financiamento da cultura é incompleto. Os mecanismos datam de 1986, quando foi criada a Lei Sarney, passando pela Lei Rouanet, de 1993, e estão sendo questionados pelo governo Lula. A intenção é colocar, no lugar do atual modelo de isenção fiscal, um fundo de cultura, que bem pode ser criado nos moldes do Fumproarte.

A discussão já passou por Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas ainda está longe de um consenso. Um dos pontos principais defendidos pelo novo governo é que a Lei Rouanet incorpore instrumentos que a tornem capaz de assegurar a pluralidade cultural. O problema é que, nos últimos cinco anos, 84% dos projetos financiados pela Lei ficaram no Rio-São Paulo. E sem beneficiar as grandes massas populacionais. “Pelo contrário, a maioria dos projetos financiados foram executados na Avenida Paulista e Jardins”, informa Ortiz. Isso acontece porque a lei autoriza a execução de projetos por incentivos fiscais. Assim, depois de ter recebido o “sim” do Minc, o interessado precisa buscar seu financiamento na rua. Com isso, a cultura fica sujeita às leis do mercado e aos interesses dos departamentos de marketing das grandes empresas. São eles que decidirão o que vão apoiar ou não, o que em última instância significa que quem dita as regras da cultura brasileira é o interesse comercial. “Não nos opomos às leis de incentivo, mas o papel do estado é garantir a diversidade e a realização de projetos que não interessam para o mercado”, avalia Ortiz. A Lei Rouanet é composta por um Fundo Nacional de Cultura, mas ele é insuficiente, na opinião de Ortiz. “O FNC precisa ser incrementado e nunca foi nem regulamentado”, diz o secretário.

Um problema apontado por Ortiz é que a Lei Rouanet prevê 100% de investimento do Estado em renúncia fiscal e nada de contrapartida privada. O resultado é que



Encontro: Ortiz (e) participou do seminário do Minc no Gasômetro

os departamentos de marketing das grandes empresas têm aí uma grande oportunidade de fazer sua propaganda sem gastar um único centavo. Tudo volta em forma de isenção. “Neste sentido, preferimos a Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul, que concede 75% de isenção. O restante tem que ser colocado pela empresa”, explica. O ideal, para Ortiz, seria um sistema nacional de financiamento híbrido, composto por leis de incentivo à cultura e fundos de financiamentos diversos para os projetos que não despertam interesse do mercado mas que são de relevância cultural. “O Ministério da Cultura não pode se transformar no Ministério do Marketing Cultural”, defende.

Reforma Tributária vai mudar o financiamento

Uma questão que afeta diretamente as leis de incentivo estaduais é a reforma tributária e a proposta de federalização dos impostos, num acordo que o governo pretende costurar para pôr fim à guerra fiscal. “Aí o governo coloca dois caminhos para a cultura. Um é fazer uma exceção para a cultura. O outro é criar um fundo de investimento. Acharmos que um fundo seria um avanço sem precedentes. A partir da fixação de um percentual mínimo destinado à cultura”, aponta. O governo estaria pensando em 0,5%, o que no Rio Grande do Sul significaria praticamente dobrar os atuais R\$ 37 milhões que a LIC libera mas que, no final, não se executa. Este é outro problema. Como a LIC exige contrapartida de 25%, muitas empresas preferem a Rouanet. Assim, grandes eventos como o Porto Alegre em Cena, por exemplo, que custa cerca de R\$ 600 mil, acabam sendo executados com muito menos dinheiro. “Além disso, 2003 é um ano complicado. Com a recessão, as empresas acabam cortando na propaganda. Outra coisa são os grandes eventos, como a Bienal do Mercosul, que capta muito dinheiro (por volta de R\$ 8 milhões)”, lembra Ortiz.

Programa tem dez anos

Em 2003, o Fumproarte completa 10 anos. Neste tempo financiou 350 projetos em diferentes áreas, se transformando no único grande instrumento gaúcho com o mesmo sentido. O Fumproarte garante o pagamento de 80% dos custos totais, em dois editais por ano, cada um com R\$ 600 mil. O problema é que com o fracasso das leis de incentivo, muitos artistas tentam socorrer-se no fundo. Assim, no primeiro edital deste ano, o Fumproarte dispunha de R\$ 600 mil, e o total dos custos dos projetos chegou a R\$ 2 milhões, uma demanda que cresce cada vez mais. “O Fumproarte acaba sendo o Fundo da Cultura no Rio Grande do Sul”, reclama Ortiz, lembrando que o Fundo de Cultura do Governo do Estado (FAC) prevê 300 mil, existe no papel mas não foi regulamentado até hoje.

A cultura em Porto Alegre funciona com três fundos. O Funcultura é destinado às ações da SMC, com o mesmo orçamento do Fumproarte, que serve para as produções culturais dos artistas, e o Funpalc, para preservação do patrimônio histórico. O Minc vê grandes méritos neste sistema. Até porque ele incorpora às questões técnicas um processo de seleção que leva em conta a relevância pública do projeto. O Fumproarte tem um conselho de artistas que faz a seleção das propostas, cuja finalíssima é uma audiência pública onde o artista pode defender seu projeto e ouvir os porquês da comissão julgadora. Trata-se de um instrumento que garante uma transparência que muito entusiasma o Minc, mas que pode cair, segundo alguns artistas no chamado “dirigismo cultural”. Quanto a este problema, Ortiz afirma: ele parte de quem tem medo de que o Estado julgue as suas obras não do ponto de vista da qualidade artística, do valor, mas da coerência com as metas políticas para o desenvolvimento da cultura. “Neste momento, é natural que as pessoas tenham medo, mas o dirigismo cultural é um direito do estado para que a cultura não siga as leis, muitas vezes injustas, do mercado”, conclui.

“Das formas de financiamento da cultura eu não poderia falar porque não venho acompanhando essa questão de perto. Mas o que eu posso dizer do Fumproarte é que foi uma experiência excelente. Viabilizou um projeto que eu tinha, que de outra forma eu não conseguiria concretizar. E que foi muito importante para minha carreira. A impressão que ficou para mim é de que o processo foi impecável. O processo de seleção foi muito justo, as instâncias todas muito corretas.”

Manoel Antônio da Costa Júnior, que teve o projeto fotográfico Memodíptico financiado pelo Fumproarte.

“Acho que as leis de incentivo são interessantes até determinado ponto. Não é interessante a questão da cultura ficar na mão de um departamento de marketing. Tem muita gente fazendo todo um trabalho que é quase um universo paralelo, é um trabalho que tem uma linguagem própria, que não usa uma linguagem comercial, e esse, que é o que a gente faz, é mais difícil de ter incentivo. Quem vai patrocinar isso? Aí entra a importância de um auxílio institucional, da força de um Governo”.

Alexandre José Vargas da Silva, do grupo teatral Falos e Esterco, que teve as peças La Loba, Insulto, www.prometeu e A Escrita de Borges financiadas pelo Fumproarte.

“As leis de incentivo ainda têm muito a evoluir no sentido da burocracia. Ao mesmo tempo acho que essa mesma exigência na prestação de contas deve existir. É difícil no momento em que as grandes produtoras podem usar a lei. Isso complica pro artista que tem um projeto e vai captar. Quanto ao Fundo Federal, acho válida toda forma de financiamento, tanto pública quanto privada, desde que seja feita com honestidade. A iniciativa privada tem papel fundamental, seja ela com um gerente de marketing - por mais questionada que seja -, seja por uma comissão, que é o que está para ser aprovado na estrutura federal”

Adriana Deffenti, que teve o CD Peças de Pessoas financiado pelo Fumproarte.

“Kirchner faz um maior enfrentamento aos interesses poderosos do que Lula”

Cristina Lima

O presidente argentino Nestor Kirchner está colocando em prática uma política econômica próxima do keynesianismo (de John Maynard Keynes – 1883-1946). Ele próprio afirma que seu governo tem o “K” de Keynes, refletindo sua formação no peronismo histórico. “É aquela tentativa de keynesianismo latino-americano que eram o peronismo argentino, o trabalhismo brasileiro e outros, como o PRI dos tempos desenvolvimentistas no México”, explica o economista Luiz Augusto Estrela Faria, do departamento de economia da Ufrgs. Ele aponta que vários movimentos políticos latino-americanos dos chamados “períodos populistas” faziam uma tentativa de aplicar o keynesianismo da Europa ocidental e dos Estados Unidos para a circunstância latino-americana. Kirchner faz renascer um pouco essa formação. Seu ministro da Economia, Roberto Lavagna, é um professor com tradição na área de Teoria do Desenvolvimento e, como vários economistas latino-americanos da sua geração, vem dessa tradição. Por isso Kirchner está tão preocupado com mercado interno, investimento, consumo, que são as metas da política econômica na visão keynesiana. Muito mais que inflação, déficit público etc, presentes na política econômica do liberalismo, e implementadas também por Lula. Nesta entrevista, o economista faz uma comparação dos modos Lula e Kirchner de conduzir a economia.

Jéferson Assunção

AD verso - As medidas que Nestor Kirchner está colocando em prática na Argentina são, na sua opinião, mais corretas que as que Lula está promovendo no Brasil?

Luiz Augusto Estrela Faria - Eu vejo com mais simpatia as primeiras medidas do Kirchner do que as do Lula, embora as circunstâncias sejam diferentes. Acho que a cautela que move a atuação do Lula e a preocupação com a governabilidade e com agradar os investidores internacionais, para não causar mais dificuldades à frágil situação interna do País, decorrem do fato de que o Brasil ainda não quebrou. A Argentina, neste sentido, está além do bem e do mal. Os credores não estão recebendo, os investidores estrangeiros têm prejuízos desde 2002 e não há gesto do governo que recupere a credibilidade a curto prazo. Então, o governo vai na direção de uma agenda mais de longo prazo, que é só o que pode fazer. E os movimentos estão certos, sem se comprometer com superávit fiscal muito alto porque a economia precisa crescer e o gasto público é uma fonte importante de crescimento em qualquer economia capitalista. Assim, prefere garantir gastos sociais, aumentando o salário mínimo porque isso dá mais fôlego ao mercado interno e mostra que quer fazer uma política para o crescimento da economia e que os credores terão que esperar.

Adverso - O senhor não acha que tem um pouco de populismo nessas ações, afinal Kirchner se elegeu com uma pequena parcela dos votos, apenas 22%, e precisaria, segundo alguns analistas, fazer política interna...

Faria - Acho que tem uma avaliação política também e até isso é um pouco surpreendente, porque quem está obcecado com a governabilidade é o governo brasileiro, que vem com um cacife eleitoral imenso. Teve uma vitória consagradora nas urnas, o partido do governo tem a maior bancada no Congresso, preside uma das casas, tem um aliado no Senado, enfim, tem condições de governabilidade dadas. É o contrário da Argentina, em que as condições de governabilidade são precaríssimas. Lula foi eleito com 60% dos votos e Kirchner com 22%. Ele foi em segundo lugar para um segundo turno que não aconteceu. Hoje ele faz um grande enfrentamento aos interesses poderosos e às forças armadas e Judiciário. Neste sentido, é um pouco paradoxal que Kirchner, aparentemente mais frágil, enfrente interesses poderosos enquanto Lula, que tem um cacife político muito maior, não.

Adverso - A política econômica de Kirchner poderia ser uma alternativa para o Brasil?

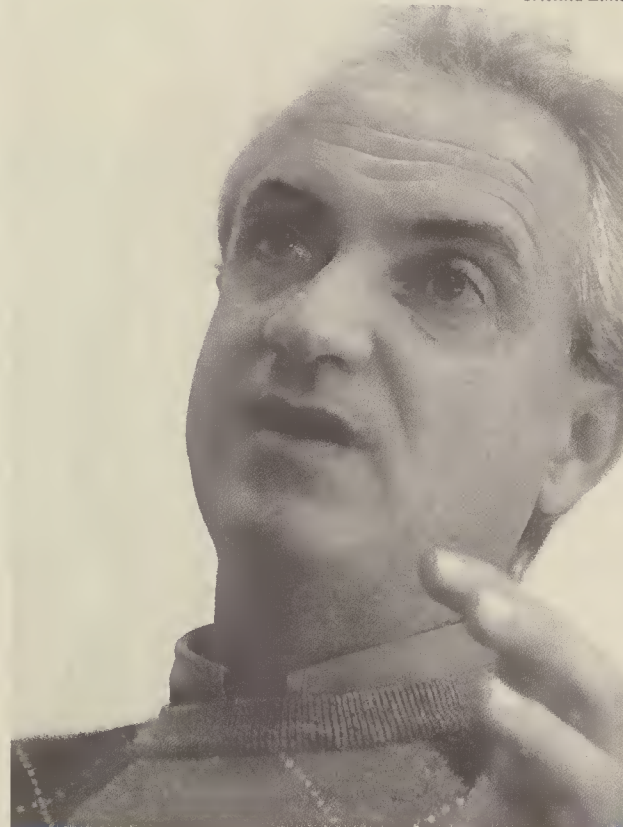
Faria - Acho que a promessa do Lula era de que outras metas de políticas econômicas seriam as prioridades de governo.

Adverso - Por que isso não aconteceu?

Faria - Acho que por causa do temor do que ocorreu no ano passado quando o Brasil esteve perto de um colapso externo. Se não tivesse vindo aquele monumental socorro do FMI, de 30 bilhões de dólares, sem precedentes, o Brasil tinha quebrado como a Argentina. Então, veio o socorro, o Brasil não quebrou, mas os credores cobram prêmio por manter negociações no País. São circunstâncias que a Argentina já atravessou. E os credores estão exigindo, na verdade, só a dívida, que o Kirchner está tentando negociar, com perdão de uma parte, numa situação bem diferente da brasileira.

Adverso - O caminho que o Brasil de Lula escolheu vai nos levar ao crescimento prometido pela equipe econômica?

Faria - Eu acho que não. Eu estava lendo o trabalho de um colega da Economia, o professor Maldonado, em que ele faz uma análise da literatura partidária do PT em relação à política econômica e identifica uma mudança entre tudo o que foi produzido até o começo do ano (o programa eleitoral, a carta aos brasileiros e outro documento feito nas eleições) e o que foi feito depois, quando o governo começa a atuar. Ele mostra então um outro documento, feito pelo Ministério da Fazenda, justificando, digamos assim, o que vinha fazendo. Bom, este documento difere, em essência, do que tinha sido produzido pelo partido até então e nele aparece um diagnóstico da economia brasileira diferente do que o PT tinha até então. O PT dizia que o maior problema da economia brasileira era a fragilidade externa, que precisava estabilizar o câmbio, garantir uma redução do déficit externo, portanto exportar mais e importar menos, enfim, para equacionar a pressão externa e a partir daí seriam dadas as condições de crescimento. Mas neste documento estava sendo dado como o maior problema o déficit público, o equilíbrio das contas públicas, o que para o PT não foi visto como um problema. Mas este diagnóstico é o mesmo que o FMI faz: o maior problema da América Latina e de todo o país que tenha algum desequilíbrio econômico é sempre o déficit público. Bom, essa é a visão liberal da economia. Então parece que o que fundamenta as políticas do ministro Palocci é diferente do que o que fundamentava o programa do candidato Lula. O diagnóstico é outro, portanto as medidas são outras. Assim, o governo centra na questão dos juros, do superávit primário, como sendo os grandes passaportes para o crescimento. E isso é a repetição do que o Fernando Henrique fez durante oito anos e não deu certo. Durante o governo FHC nunca houve crescimento, porque quando o juro começava a baixar, a ponto de dar um respiro para o setor produtivo, acontecia outra crise internacional e a taxa de juros tinha que ser revista. Então,



Faria: “é um pouco surpreendente que quem esteja obcecado com a governabilidade seja o governo brasileiro, que vem com um cacife eleitoral imenso”

neste sentido eu acho um equívoco do governo persistir nesta política que não traz solução... Acho que uma coisa que a Argentina já fez e a gente deveria fazer também é controlar os fluxos de capital, pra impedir o que está acontecendo agora, que é a valorização do real.

Adverso - Quando a crise estourou na Argentina, apareceram vários grupos de economia solidária. O Brasil criou uma secretaria nesta área. Que peso essas experiências têm e deveriam ter nos dois governos?

Faria - Acho que são muito importantes e isso também é uma sinalização positiva do governo brasileiro. Acho que na microeconomia o Brasil está indo muito bem, com a criação da Secretaria de Economia Solidária, a ação do sistema financeiro público, criando linhas de microcrédito, de cooperativismo de crédito, num arranjo institucional que permita ao pequeno, que tem pouca garantia, acesso ao crédito. E o governo argentino parece que também está assumindo o apoio a essas políticas, porque lá ele está sendo criado pela sociedade civil. Agora o que eu acho estrutural do capitalismo é que o setor industrial e de serviços empregará muito menos que já empregou em décadas passadas e continuará empregando muito pouco. Então, uma política de emprego (para os dois países) tem que dar conta de estimular setores novos. Não dá para apostar que a GM ou a Volkswagen serão fonte de crescimento de empregos futuros. É preciso estimular outras atividades. Neste sentido a economia solidária é importante para suprir essa deficiência que é estrutural do capitalismo. Claro, poderia ter uma política de redução da jornada de trabalho para o setor formal. Agora, isso seria um enfrentamento político muito pesado com as grandes empresas. Agora a médio e longo prazo não tem outra alternativa. Todas as vezes que a história do capitalismo passou por uma grande transformação tecnológica, que sempre traz desemprego, houve uma grande mudança do patamar da jornada de trabalho. No século XIX era 12 horas. Depois da revolução tecnológica do final do século XIX caiu para o padrão de oito, fim do século XX para o padrão de seis horas, seis e meia. E isso continuará assim, senão não há como resolver o problema do desemprego.